



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA CURRICULAR PARAIBANA: UM TERRITÓRIO DE CONTROLE OU EM DISPUTA?

Maria Vitória Oliveira dos Santos¹

Ângela Cristina Alves Albino²

Resumo: O presente trabalho é um recorte de pesquisa mais ampla em andamento, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGE/UFCG). Tem como objetivo compreender como a Proposta Curricular da Paraíba pode ser interpretada como território de controle ou em disputa. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a análise documental, com ênfase em produções científicas e em documentos legais, como a BNCC e a própria Proposta Curricular da Paraíba. A análise apontou que há um distanciamento entre as intenções teóricas do currículo e sua implementação prática. Observou-se o esvaziamento das especificidades locais e a reprodução literal de trechos da BNCC, o que revela uma contradição entre o discurso de valorização das vivências dos sujeitos e a imposição de competências pré-determinadas. A proposta paraibana, assim como a Base, adota um formato tecnicista e verticalizado, o que limita os espaços de criação e autonomia docente. Conclui-se que o currículo atua como instrumento de controle e reprodução de uma lógica neoliberal e hegemônica, retomando práticas pragmatistas e distanciando-se da construção de uma formação crítica e omnilateral.

Palavras-chave: Proposta Curricular da Paraíba; BNCC; Currículo; Paraíba.

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da escola pública a colocam “como um bem disputado nas classes sociais, como um patrimônio que é apropriado pelas classes hegemônicas, ao longo da história do país” (Rosar, 2020, p. 16), ao pensar sobre o currículo nacional diversas disputas políticas e ordenamentos legais perpassam as últimas décadas, passado o extenso período da ditadura civil internacional militar no Brasil, as desigualdades de classe e educacionais se aprofundam, a que pese o avanço no processo redemocrático representado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), é também nesse contexto que o país passa a extrair pressupostos econômicos e sociais excludentes e verticalizados com base na cartilha neoliberal presente no Consenso de Washington.

As políticas são então direcionadas para atender ao discurso da globalização e da emergente reestruturação produtiva de forma mais acentuada, cujo objetivo é “produzir um

¹ Mestranda pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orcid: 0009-0008-3990-9330. E-mail: profmvtoriaods@gmail.com

² Doutora pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orcid: 0000-0003-2452-1444. E-mail: angela.educ@gmail.com



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

cidadão mínimo, consumidor passivo que se sujeita a uma cidadania e uma democracia mínimas.” (Frigotto, 2011, p. 234). Para estabelecer consenso e fortalecer a hegemonia em torno do discurso neoliberal, os aparelhos privados de hegemonia (APH) na forma de entidades, fundações, institutos ditos sem fins lucrativos, são convocados para atuar na consolidação das políticas da agenda neoliberal.

Estudos como de Santos, Silva e Hypolito (2024) destacam reformas políticas no campo do currículo, como é o caso da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a instituição da Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), dentre outras que, para os autores, compõem um conjunto acelerado, articulado e retrógrado de reformas educacionais no currículo viabilizadas através do golpe jurídico, parlamentar, midiático e misógino de 2016.

A política sobre o currículo nacional seguiu verticalizada, e segundo Albino e Silva (2019, p. 08), os processos formativos numa perspectiva de orientação humana, autônoma e crítica foram suprimidos. A excessiva categorização e descrição de uma base normatizante passou a reduzir a produção de conhecimento a um sequenciamento esquemático de descritores. Com isso perdeu-se o sentimento de pertença que faz parte de uma educação e produção de conhecimento a partir da estrutura democrática. Sem essa participação efetiva (sobre: o que conhecer? Para que conhecer? Por que conhecer? Por que esses conhecimentos e não outros?) a compreensão de conhecimento fica reduzida e mecânica, o que contribui para a conformação e menos justiça cognitiva.

Ao considerar a BNCC, o APH crucial na sua implementação é a Fundação Lemann que se concentrou principalmente nos “recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais” (Tarlau; Moeller, 2020), aprovada a Base uma série de movimentos são feitos para que sua implementação seja realizada rapidamente. Em 2018, o estado da Paraíba homologa a Proposta Curricular da Paraíba, em consonância à Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC, o documento busca mediar e garantir a implementação da Base nas escolas paraibanas.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

À medida em que reflete sobre as relações em volta do currículo, Arroyo (2011) compreende que o embate político em torno do campo do conhecimento é também um jogo de disputas por projetos de sociedade, inseridos em um plano econômico de natureza excludente que se apropria e direciona o conhecimento, a ciência e a tecnologia para a manutenção e consolidação da acumulação e das relações de subalternidade.

É a partir dessas relações que eleger-se a pergunta: como a Proposta Curricular Paraibana pode ser compreendida como um território de controle ou em disputa? Tem-se como objetivo compreender as relações em volta à Proposta Curricular Paraibana a partir das reflexões teóricas em torno do controle e/ou da disputa curricular. Compreende-se então como passo do processo de investigação, a pesquisa bibliográfica como indispensável ao trabalho de levantamentos de dados e informações de fonte primária, a partir das produções científicas, seguida da análise documental dos recursos da realidade, visto em fontes de natureza legal, dando ênfase ao documento da Proposta Curricular da Paraíba.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presença da discussão sobre o currículo nacional perpassa diferentes visões caracterizadas por contradições entre o proposto do ponto de vista das reflexões das diferentes entidades da educação e o posto no texto legal, o que se mostra é um distanciamento desde a idealização das propostas curriculares até sua efetivação. Para Apple (2002), a emergência em se estabelecer um currículo nacional surge a partir do avanço neoconservador e neoliberal no mundo, atrelado a uma concepção mercadológica da educação, então “o currículo nacional e sobretudo o sistema de avaliação nacional atuarão, em essência, como uma “comissão de vigilância do Estado” para controlar os “excessos” do mercado” (*ibidem*, p. 88).

A partir da aprovação da portaria que institui ProBNCC, é direcionado aos estados e municípios a organização de equipes para elaboração dos currículos local em prol da Base já nos dois anos seguintes à aprovação do documento, 2018-2019. O que se vê é o aligeiramento de um processo que demandava mais preparo e organização dos entes, essa estratégia de pressão contra os municípios e estados induz a reprodução do documento *ipsis litteris* e os currículos locais passam a resumir-se na versão reduzida e malmente adaptada da Base e com a Proposta Curricular da Paraíba não foi diferente.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Ao realizar a leitura dos documentos, Base e Proposta Curricular da Paraíba, pode-se identificar o esvaziamento das especificidades locais, a medida que também há uma contradição entre as concepções de organização dos saberes dentro da escola. Ao discorrer sobre os princípios do Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Base afirma que “as características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças” (BNCC, 2017, p. 56-57), a mesma afirmação é citada na Proposta (Paraíba, 2018, p. 74). No entanto, ambos os documentos seguem determinando uma série de habilidades e competências a serem atingidas em um determinado período de tempo, o que contradiz a abertura de um currículo a partir das vivências, experiências e interesses manifestos pela criança paraibana.

Ao refletir sobre as intenções em torno do conhecimento escolar na escola pública, Rosar (2020, p. 16), compreende que

Conhecimento é patrimônio inalienável da formação da humanidade e resultado do trabalho das gerações de trabalhadores manuais e intelectuais em todos os períodos da história da civilização humana. A elite tem clareza acerca desse valor, por essa razão subtrai das classes populares o acesso ao conhecimento universal. Para estas, basta a instrumentalização, do modo mais mecânico e repetitivo, o que produz em certa medida uma lacuna maior na sua produção intelectual em diversas dimensões.

Mais adiante, ao se explorar a área de linguagens da Proposta paraibana, autores como Bagno (2011), Antunes (2009), Vygotsky (2005), Marcuschi (2003) e outros, são citados para referenciar uma concepção de linguagem baseada na dialogicidade entre oralidade e escrita, e nas relações entre a construção do discurso e do sujeito no mundo letrado. Todavia, segue-se com os objetivos de aprendizagem e conteúdos estudados enclausurados em códigos de habilidades a serem “adquiridos”, caracterizados sobretudo por verbos como “conhecer”, “compreender”, “reconhecer”, distanciando-se dos movimentos de análise, crítica, síntese, cruciais para uma formação letrada crítica.

Essas habilidades e competências pré-determinadas pela Base e reproduzidas na Proposta paraibana coincidem com as políticas de avaliação de resultados e com a pressão sobre os docentes, em um processo que se distancia dos espaços de disputa, de renovação e de criatividade que passam a ser fechados e cercados e se aproxima do território de controle, “o



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

próprio campo do conhecimento objeto de disputa político-libertadora passa a ser objeto de controle” (Arroyo, 2011, p.50). Esse “novo” formato de organização curricular retoma muito do “velho”, ao reproduzir os ensinamentos do escolanovismo e do tecnicismo, é “a outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, o que se põe agora é “dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas” (Saviani, 2010, p. 437).

O currículo passa então a ser via de consolidação do discurso dominante, traduzido no discurso das habilidades e competências, que pode ser compreendida como a formação e a manutenção da condição de subalternidade, “o que se busca em primeiro lugar, é o conformismo do status quo, que nos leva a converter nossas escolas em instrumentos de alienação dos homens” (Fernandes, 2020, p. 98), através da fragmentação do indivíduo e dissociação entre o sujeito e os seus semelhantes. Os países subdesenvolvidos pelos regimes de exploração, como o Brasil, “são também os que mais dependem da educação como fator social construtivo” (idem, p. 97), é também dentro do campo da educação que os processos de compreensão intelectual e moral do mundo e de si se constituem.

A medida que a construção de conhecimento, também através do currículo, pode servir ao fortalecimento da visão de mundo hegemônica ou promover aos grupos subalternos ações políticas concretas que reposicione os sujeitos e contribua para a elaboração de sua própria visão de mundo O que se vê é a contradição dialética de um campo que ao passo que consolida a realidade concreta da luta de classes, também pode agir para rompê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir das reflexões gramscianas e marxistas que compreendemos o currículo na contramão da concepção mercadológica, mas como objeto de elaboração de uma consciência crítica, para formação omnilateral do homem e “elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea” (Gramsci, 1999 *apud* Voza, 2017), cuja premissa é o desenvolvimento integral e a mudança social a partir do processo educacional.

O conhecimento presente nos currículos das escolas públicas, é também eixo da concepção de formação humana a qual o processo de ensino aprendizagem estará envolto. Ao comparar a Proposta Curricular da Paraíba com a Base Nacional Comum Curricular, pouco se



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

vê das especificidades do território paraibano, o que se observa é o movimento de elaboração de discurso fundamentado em diferentes perspectivas do conhecimento que, na contramão, culminam na reprodução literal da Base.

Ao levantar a questão sobre o currículo paraibano como um território de controle ou em disputa, vê-se um esforço em torno da fundamentação teórica do documento da Base que atua na conformação do documento, que em síntese, concentra-se na implementação de um documento verticalizado, homogêneo e controlador dos sujeitos da escola, esvaziando os sentidos da escola pública e retomando o tecnicismo em uma nova roupagem.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Â. C. A.; SILVA, A. F. da S. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.966>. Acesso em: 03 ago 25

APPLE, Michael Whitman. **A Política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?**. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, p. 59 - 91, 2002
ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

BRASIL. **Portaria MEC n.º 331, de 5 de abril de 2018**. Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece as diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília/DF, n. 66, p. 114, 2018a.

FERNANDES, Florestan. **A conspiração contra a escola pública**. Marília: Lutas. Anticapital, 2020.

FRIGOTTO, G. **Escola pública brasileira na atualidade: lições da história**. In: LOMBARDI, J.C; SAVIANI, D; NASCIMENTO, M.I.M. São Paulo: Cortez, 2011.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.) **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017 (1º ed. Italiana, 2009)

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba**. 2018. Disponível em: <https://sites.google.com/see.pb.gov.br/probnccpb/proposta-curricular-ei-e-ef?pli=1>. Acesso em: 30 jul 25



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

ROSAR, Maria Aparecida. Prefácio. In: BRAGA, Lucelma Silva. *A defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história*. Lutas Anticapital, 2020.

SANTOS, Joedson Brito dos; SILVA, Luciana Leandro da; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **REFORMAS EDUCACIONAIS E DISPUTAS NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES: BREVE APRESENTAÇÃO**. Revista Espaço Currículo, v. 17, n. 3, e72392, 2024. DOI: 10.15687/rec.v17i3.7239

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por Filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 533-603, maio/ago, 2020.